

VIOLÊNCIA URBANA: TERRITORIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN

E. N. ALMEIDA¹

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3520-8066>¹
eriveltonalmeida@yahoo.com.br¹

Submetido 12/05/2020 - Aceito 16/09/2020

DOI: 10.15628/holos.2021.10105

RESUMO

Este artigo discute a formação de territórios de violência na cidade de Mossoró/RN. Tomamos como referência pesquisas bibliográficas, e de campo, além de dados oficiais correspondentes ao período entre os anos de 2015 a 2019. Buscamos analisar como a formação e manutenção do status territorial excludente contribui para a produção e reprodução da violência urbana. Observamos que a exclusão social implica na formação de territórios abandonados estruturalmente pelo poder

público, que passam a ser ocupados por facções criminosas. Essas facções aproveitando-se da inércia do estado acabam por realimentar a violência urbana, transformando-os em redutos do crime. O estudo verificou ainda que a forma como a mídia noticia os atos da violência ocorridos nesses territórios acaba influenciando e ratificando o estigma de violento atribuídos aos territórios.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Urbana; Territorialização.

URBAN VIOLENCE: TERRITORIALIZATION OF VIOLENCE IN MOSSORÓ/RN

ABSTRACT

This study discusses the organization of violent territories in Mossoró/RN. As reference, we used bibliographic and field studies, as well as official data concerning the 2015-2019 period. We aimed to analyze how the organization and management of the territorial exclusion status contributes to the production and reproduction of urban violence. We observed that social exclusion leads to the organization of territories structurally abandoned by

public authorities, which tend to be occupied by criminal gangs. These gangs take advantage of the state inertia and increase urban violence, transforming such territories in areas susceptible to crime. The study also verified that the way in which the media portrays criminal acts in these territories attributes a violent stigma to such areas.

KEYWORDS: Violence; Urban; Territorialization.

1 INTRODUÇÃO

A violência urbana é um fenômeno social que interfere diretamente nas atividades humanas, por isso vem chamando atenção de pesquisadores, dirigentes públicos e da sociedade como um todo. Não é um fato novo, mas sua expansão, e o surgimento de novas formas de violência têm causado certa perplexidade na sociedade.

Tradicionalmente o termo violência abrange ações criminosas, porém atualmente vem se agregando outros atos, como violência simbólica, institucional e estrutural. Por ser um tema complexo, desde seu significado até suas causas e efeitos, foi-nos exigido um olhar mais amplo, sendo possível atingir um novo modo de se observar o que acontece em torno da significação do termo violência, principalmente pela fluidez e polissemia do significante.

No tocante a território nos aproximamos de Souza (1995), quando afirma que território é o espaço em si que é apropriado, ocupado por um grupo social, gerando identidades socioculturais. Porém, assim como Pena e Ferreira (2005) entendemos que território não é como algo imutável, “os diferentes territórios da cidade não se definem apenas como uma base sobre a qual se formam as identidades urbanas, mas operam de forma dinâmica para a constituição dessas identidades.” Quando nos referimos a territorialização, estamos tratando do processo social contínuo e dinâmico de formação de territórios.

Na relação território e violência concordamos com Ferreira e Pena (2005) quando indicam que violência está ligada à pobreza, à exclusão social, ausência de serviços públicos urbanos e ao próprio processo de urbanização que cria as periferias. Para as autoras, o crescimento da violência urbana tem levado a considerá-la como o resultado da junção de todos esses aspectos. “É no território que esses diferentes aspectos do processo social se articulam, se interpenetram, se completam e se contradizem. Admite-se então que a violência também se territorialize.” (Ferreira & Pena, 2005, p. 157)

Partilhamos desse entendimento e defendemos que fatores ligados ao processo de urbanização, como exclusão sócio-espacial tem contribuído para a territorialização da violência urbana, porém não podemos deixar de lado fenômenos como a ascensão das facções criminosas nesses espaços excluídos e a forma como a mídia noticia os atos violentos ocorridos nesses territórios.

A divisão excludente do espaço urbano em elitizado e periferia, se diferenciando pela estrutura, inclusive financiada pelo poder público, cria áreas desvalorizadas e abandonadas, onde o contrato social é rompido, contribuindo para a formação de redutos de violência.

Nesses espaços abandonados pelo poder público é comum se instalar facções criminosas como uma espécie de poder paralelo. Essas facções organizadas passam a dominar o território, aplicando regras próprias, muitas vezes baseadas na violência.

A mídia como denunciadora de fenômenos violentos, enquanto problema merecedor de atenção, contribui de certa forma para a estigmatização desses territórios de violência, evidenciando e marginalizando esses espaços.

Este estudo é resultado de pesquisas bibliográficas e de campo realizadas na cidade de Mossoró/RN. Levamos em consideração dados referentes ao período compreendido entre os anos de 2015 e 2019. Por meio da análise de dados oficiais, de informações produzidas pelo Observatório da Violência do Rio Grande do Norte (OBVIUM), e de notícias divulgadas pela mídia local, além de diversas explorações em campo, apresentamos e problematizamos a formação de territórios de violência no município de Mossoró/RN.

O objetivo da pesquisa foi analisar a produção/reprodução de territórios de violência na cidade de Mossoró, investigando, sobretudo, como o espaço urbano produz e reproduz o fenômeno da violência. Procuramos compreender como a formação do território contribui com a criação de áreas vulneráveis à violência.

Em nosso estudo consideramos violência em todas as suas manifestações, porém utilizaremos para análises os dados referentes às Conduas Violentas Letais Intencionais¹ (CVLI), pois entendemos que esses delitos são parte visível e mensurável do complexo fenômeno da violência, inclusive para fins de comparação. Acreditamos ainda que as subnotificações de outros atos de violência, como por exemplo, os crimes contra o patrimônio, dificultam a compreensão e análise mais complexa do fenômeno da violência.

Importante observar que esse estudo não tem como foco apresentar territórios espaciais com maior ou menor índice de criminalidade, pois apesar de acreditar que esse dado pode contribuir para possíveis políticas de segurança pública, entendemos que essa espacialização não é suficiente para a compreensão do fenômeno como um todo, e que as ações de segurança baseadas na espacialização da violência podem ser equivocadas, inclusive, de alguma forma, contribuir para a reprodução da territorialização da violência.

Compreendemos também que a violência é um fenômeno multifatorial e complexo, dessa forma, outros fatores de dimensão microsociológica contribuem para sua existência, sobretudo os de características individuais, que influenciam os indivíduos

¹ CVLIs correspondem aos homicídios dolosos, as lesões corporais seguidas de morte, os roubos que resultem em morte, as mortes com objetivo de praticar o roubo, as mortes decorrentes das intervenções policiais e os feminicídios. (OBVIUM, 2019, p. 9)

e os encaminham para o mundo do crime. No nosso estudo privilegamos a dimensão macrossociológica valorizando variáveis estruturais e institucionais que incidem sobre a etiologia dos crimes cometidos, ou seja, as causas sociais da criminalidade.

Por fim, é importante observar que não estamos relacionando diretamente exclusão e pobreza à violência. Até porque a heterogeneidade da violência urbana não nos permite essa associação. Embora se constate estatisticamente, que a população vítima da violência seja predominantemente “pobre”, acreditamos que possivelmente isso se dá pela seletividade do direito penal apontada por Bauman (2008).

2 A RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA E TERRITÓRIO: A TERRITORIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Tradicionalmente a violência abrange as ações de natureza criminal como roubos, delinquência e homicídios. Para Minayo (2006) “a violência não é uma, é múltipla. De origem latina, o vocábulo vem da palavra ‘vis’, que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro.” (Minayo, 2006, p. 25). Porém entendemos que o significado de violência vai além da violência física, envolve outras formas, como: humilhação, exclusão, ameaças, desrespeito.

Para Haesbaert (2004) O território está ligado ao poder, mas não apenas ao poder no sentido concreto de dominação, mas também “ao poder simbólico, ligado à apropriação de determinados grupos para com o espaço vivenciado” (Haesbaert, 2004, p. 95). Ou seja, território não é apenas um lugar, mas um espaço dinâmico onde as relações de poder afluem.

A violência, como resultado das relações sociais territoriais, sofre influências de vários fatores. Podemos discutir a produção da violência, por exemplo, como resultado da fragilidade nas relações sociais provocados pela exclusão social, pela cultura do medo e consumismo. Conforme defende Costa e Brandão:

Uma modalidade específica e problemática de violência nos dias atuais é a violência urbana. Principalmente quando temos nos dias atuais uma formação de uma cultura do medo. Sociedade consumista e objetalizável, o consumo torna-se o ponto central, ou seja, um grande fundamentalismo moderno. Há os que não podem seguir o ritmo do consumo e desenvolvem alguma possibilidade de assumir suas impossibilidades. Outros transformam a fragilidade que suas frustrações impõem num feroz potencial de agressividade. Uns protegem-se usando a violência; outros a usarão para tentar se inserir. (Costa & Brandão, 2016, p. 21).

Para Bauman (2008), o fenômeno da globalização acabou por imprimir mudanças nas relações pessoais tornando-as frágeis. “Vivemos em uma época em que tudo é temporário, a modernidade é fluída, líquida. Essa fluidez atinge as relações interpessoais, fragilizando os vínculos humanos e gerando um medo de todos com relação a todos”. (Bauman, 2008, p.32).

Vivemos o período que Bauman (2008) define como Mundo Líquido². Esse período “pode ser caracterizada pelo fim do otimismo em relação ao ser humano, diante da barbárie no século XX - duas grandes guerras, holocausto, bomba atômica, genocídios de toda espécie” (Lopes, 2013, p. 15), e ainda pela fragilidade dos vínculos humanos, “talvez definidor da vida líquido-moderna” (Bauman, 2008, p. 46).

A fragilização dos vínculos humanos contribui significativamente para a formação de territórios de violência. Principalmente pela sensação de medo que é gerado na sociedade fragmentada espacialmente.

Citando Nan Elin, Bauman (2008) afirma que, nos nossos tempos pós-modernos o fator medo certamente teve uma ascendência, várias evidências podem ser citadas nesse sentido, como “o aumento dos carros fechados, das portas de casa e dos sistemas de segurança, a popularidade das comunidades fechadas e seguras em todas as faixas de idade e de renda e a crescente vigilância nos espaços públicos”. (Bauman, 1999, p. 48).

Para Bauman (1999), o efeito geral desse movimento pela segurança pessoal é a autopropulsão do medo. Ideia corroborada por (Santos & Rodrigues, 2015, p. 36), “Quanto mais nos protegemos, mais propulsionamos o medo, sentimos mais medo, como um ciclo vicioso”. É como se não tivesse um limite para o medo derivado³, a proteção e a segurança são conceitos temporários, efêmeros que não sobrevivem a uma próxima ameaça.

Essa fragilidade nas relações sociais é potencializada e ao mesmo tempo potencializa a exclusão espacial. Essa exclusão fica evidente no processo de urbanização quando segrega e limita os espaços nas cidades. “Assim, no espaço urbano estão, de um lado, os espaços elitizados das classes dominantes; de outro, os espaços periféricos das classes populares e as hiperperiferias dos excluídos.” (Ferreira & Pena, 2005, p. 157)

² Para o filósofo Bauman (1999), o mundo líquido, é um mundo com pontos de referência “sobre rodas”, que desaparecem antes que se consiga observar todas as suas instruções, analisá-las e segui-las. É um mundo Líquido, no sentido que não há formas pré-definidas e fixas.

³ O medo gerado pelas incertezas pós-modernas não é apenas o medo do que realmente possa acontecer, ou seja, um “medo real”. A obsessão pela segurança acabou trazendo à tona o que Bauman (2008, p. 9) define como “medo de segundo grau” ou “medo derivado” que é uma espécie de sensação de insegurança que projeta e orienta comportamentos e termina, muitas vezes, gerando mais insegurança

Essa divisão sócio-espacial, que a princípio pode parecer algo aleatório, é resultado de um processo urbano alinhado a estratificação social própria da sociedade moderna. Observação feita por Ferreira e Pena (2005), quando leciona que: “os espaços elitizados das classes dominantes caracterizam-se pelo consumo de bens e de infraestrutura com alto padrão de qualidade e de técnica, financiados pelos governos.” (Ferreira & Pena, 2005, p. 157)

Na periferia sobra descaso. “São esses locais que abrigam a população excluída socialmente e espacialmente periferizada, redutos de todas as formas de violência, desde a discriminação, ao inaccessível, aos direitos do cidadão e à própria cidadania.” (Ferreira & Pena, 2005, p. 158). Ideia defendida também por Costa e Brandão (2016).

Nesse ínterim, a ansiedade e o medo resultam do sentimento de impotência, de fragilidade. O ser humano cheio de aspirações e sem nenhum poder de realizá-las, torna-se, de uma ou outra forma, violento. Torna-se hostil. E, quanto mais impotente, maior será a brutalidade da sua violência. Daí porque, em áreas periféricas, onde reina potencialmente a pobreza, o grau de impotência imposto a essas populações acaba-se tal forma que, em certos momentos, só os atos de violência se apresentam para eles como alternativa de liberação e sobrevivência. (Costa & Brandão, 2016, p. 21).

O Resultado dessa exclusão social é o surgimento de espaços desvalorizados, onde a ausência do Estado remonta ao abandono, retroalimentando a pobreza, a falta de sensação de pertencimento e conseqüentemente mais fragilidade das relações sociais.

Hipótese defendida também por Ferreira e Pena (2005), ao afirmarem que “a territorialização da violência implica em realimentar a violência pela via da inércia espacial e pelo papel do espaço no processo social” (p. 157). Além disso, o vácuo do poder público faz surgir nesses territórios um poder paralelo: as facções criminosas, conforme explica Ferreira e Pena (2005):

Espaços de exclusão da lei e da ordem social, abrigo da população segregada, reduto da violência em seus diferentes aspectos, são apropriados pelas organizações criminosas e/ou ilegais que os fazem seus espaços de poder. À violência estrutural desses territórios vem-se articular a violência organizada do crime na atualidade. (Ferreira & Pena, 2005, p. 158).

As facções criminosas acabam se beneficiando da ausência do estado, em todos os sentidos. Seja nos serviços básicos, na infraestrutura urbana, mas também na facilidade de angariar jovens sem perspectivas, conforme explica Minayo (2006):

Um dos pontos mais perversos da delinquência organizada é a forma de inclusão dos pobres e dos jovens nos seus lucrativos negócios. Eles se engajam nesses projetos e entram nos conflitos, no front dos combates como uma opção de mercado de trabalho, visando ao status, ao acesso a bens econômicos e ao consumo. O ato subjetivo de

entrada no mundo do crime é secundado e contextualizado por uma situação de extremas desigualdades, de falta de oportunidade para o protagonismo, como cidadão, e de total descrença nas possibilidades de acesso ao consumo, à cultura e ao reconhecimento social. Por isso, o mercado da violência passa a se configurar como uma escolha viável, numa conjuntura de crescente desemprego e exclusão social, cultural e moral. (Minayo, 2006, p. 32).

Ideia corroborada por Ferreira e Pena (2005), quando explicam como as facções captam mão de obra.

A violência organizada cria seus territórios onde traz cativas pessoas excluídas da cidadania. A população invisível socialmente por não ter trabalho, nem documentos, não ser contribuinte, que não tem acesso à justiça, aos direitos do cidadão, torna-se escrava do crime. (Ferreira & Pena, 2005, p. 165).

Conforme trouxemos no início desse trabalho, compreendemos que o fenômeno da violência é multifatorial, e que existem razões subjetivas na conduta de quem a pratica, porém entendemos assim como Minayo (2006) que apesar das circunstâncias individuais o espaço de opções para as pessoas que estão inseridas nesses territórios é bastante limitado. Sendo criado quase um ciclo entre territorialidade – violência – territorialidade, conforme explica Ferreira e Pena (2005),

Cria-se, assim, o território da violência, porções do espaço urbano apropriadas pelas organizações criminosas que exercem seu poder sobre eles transformando-os em redutos de poder do crime organizado que daí comanda sua atuação na cidade, enfrenta o estado e manobra o seu exército formado pela população excluída que habita esses locais. (Ferreira & Pena, 2005, p. 158).

Minayo (2006) afirma que esse panorama social de exclusão influencia de alguma forma na negação da autoridade tradicional, que juntamente com o descrédito na classe política acaba fomentando a violência.

Essas situações que têm origem macroeconômica e social são acompanhadas pelo surgimento de novas subjetividades marcadas pela secularização, pela desvalorização das hierarquias tradicionais e da autoridade familiar e comunitária. O desencanto com a política e com a democracia, tal como ela é praticada em benefício dos próprios políticos e de grupos privilegiados, coroa o panorama propício à configuração da violência social brasileira contemporânea. (Minayo, 2006, p. 33).

Minayo descreve o mercado de trabalho no crime como especialmente violento.

Por se incluírem como a ponta do iceberg dos negócios ilegais, (sobretudo, de drogas e de armas de fogo) principalmente os jovens pobres, que se integram na sociedade por meio desse tipo de atividade, tentam se fazer presentes e visíveis, conquistar territórios e defender espaços. Geralmente, o processo de trabalho do mercado da violência em

que se colocam exige deles tarefas desafiantes que realizam com disciplina militar, rígida hierarquia e sob o controle frequente de ameaças, torturas, elevado risco de vida e sob a mira de poderosas armas de fogo. Do ponto de vista das relações de poder, essa população incluída pelo crime e excluída do mercado de trabalho legal, reproduz o que existe de mais autoritário e cruel nas estruturas de poder da sociedade brasileira. (Minayo, 2006, p. 34).

De fato, entendemos que o processo de exclusão sócio espacial contribui para o fenômeno da violência urbana, principalmente pela omissão do estado e a ocupação do espaço pelas organizações criminosas, mas não podemos deixar de lado o papel da mídia nessa significação e ratificação dos territórios de violência.

Bauman (1999) chama atenção para as “intermináveis reportagens sobre perigo que aparecem nos veículos de comunicação de massa” (p. 48), para o autor essa é uma evidência de uma maior repercussão midiática dos atos de violência e, conseqüentemente, propulsão do medo abstrato.

Entendemos assim, que o modo como a mídia retrata a violência, tem contribuído de alguma forma para essa sensação de insegurança, para a difusão do medo, para a estigmatização dos territórios de violência.

O ‘medo, a sensação de insegurança e a vulnerabilidade, alimentados diariamente pelos veículos de comunicação de massa, e mais recentemente pelas redes sociais, provocam reações, como por exemplo, o isolamento. Na concepção de Bauman (1999):

Os medos contemporâneos, os “medos urbanos” típicos, ao contrário daqueles que outrora levaram à construção de cidades, concentram-se no “inimigo interior”. Esse tipo de medo provoca menos preocupação com a integridade e a fortaleza da cidade *como um todo* — como propriedade coletiva e garante coletivo da segurança individual — do que com o isolamento e a fortificação do próprio lar *dentro* da cidade. Os muros construídos outrora em volta da cidade cruzam agora a própria cidade em inúmeras direções. Bairros vigiados, espaços públicos com proteção cerrada e admissão controlada, guardas bem armados no portão dos condomínios e portas operadas eletronicamente — tudo isso para afastar concidadãos indesejados, não exércitos estrangeiros, salteadores de estrada, saqueadores ou outros perigos desconhecidos emboscados extramuros. (Bauman, 1999, p. 55).

Esse isolamento provoca um comportamento de desconstrução da comunidade, expondo como resultado o individualismo e, conseqüentemente, da autopropulsão do medo. “Na sociedade ‘líquido-moderna’ dos consumidores, cada membro individual é instruído, treinado e preparado para buscar a felicidade individual por meios e esforços individuais” (Bauman, 1999, p. 32). Ainda segundo o autor,

Em vez da união, o evitamento e a separação tornaram-se as principais estratégias de sobrevivência nas megalópoles contemporâneas. Não há mais a questão de amar ou

odiar o seu vizinho. Manter os vizinhos ao alcance da mão resolve o dilema e torna a opção desnecessária; isso afasta situações em que a opção entre o amor e o ódio se faz necessária. (Bauman, 1999, p. 56).

Isso tudo influenciado diretamente pelo desenvolvimento dos meios de comunicação que massificam e espetacularizam o medo. Assim, se essas tecnologias,

[...] não conseguiram fazer do humano um sujeito universal, fê-lo, com força, um cidadão do medo. A violência foi se naturalizando no absurdo de que ela é inevitável, e o medo tomou assento permanente como os anticorpos que revelam a doença latente (Santos & Rodrigues, 2015, p.190).

Para o Bauman (1999), essa propagação exagerada gera uma repercussão, que é mais ampla que o próprio fato e acaba propulsionando o medo derivado e, algumas vezes, mais violência. Além, claro de evidenciar os territórios de violência, provocando estigmatização e políticas de segurança pública equivocadas.

3 A TERRITORIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM MOSSORÓ

Com uma população estimada em 300.618 milhões de habitantes, de acordo com o IBGE (2020), Mossoró é considerada uma cidade polo da Macro Região Oeste do estado. O município tem várias ligações comerciais e de serviços com as cidades vizinhas, inclusive com cidades do estado do Ceará, ficando a uma distância de 270 quilômetros da capital Natal/RN e 260 quilômetro da capital Fortaleza/CE.

Mossoró está localizada no espaço denominado de semiárido brasileiro. Segundo Dantas (2008), por estar distante dos grandes centros urbanos o semiárido brasileiro continua condenado ao atraso, ao isolamento e à eterna má vontade dos governantes.

A cidade é dividida em 05 zonas (Central, leste, oeste, norte e sul), e 27 bairros. Segundo o OBVIUM (2020) os 10 bairros com maiores índices de CVLI entre 2015 e 2019 foram:

Quadro 1: Relação entre o número de CVLI e a população por bairros

BAIRRO	NÚMERO DE CVLI*	POPULAÇÃO**
Santo Antônio	131	19.107
Belo Horizonte	112	8.495
Aeroporto	74	17.889
Abolições	67	24.741
Santa Delmira	55	13.527
Dom Jaime Câmara	53	11.209

Alto de são Manoel	48	18.336
Barrocas	46	20.372
Costa e Silva	39	4.737
Boa vista	34	6.964

Fonte: * CVLI – OBVIUM /**IBGE (2010)

A cidade de Mossoró é considerada pelos órgãos de Segurança Pública como uma cidade com alto índice de violência. De acordo com o Atlas de Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA (2016), a Microrregião de Mossoró, levando em consideração a Taxa de Homicídio Bayesiana, alcançou a 9^o (nono) lugar⁴ enquanto microrregiões mais violentas do País, atingindo o patamar de 71,5 homicídios por 100 mil habitantes. O índice nacional no mesmo período foi de 29,1, e o do estado do Rio Grande do Norte 46,2.

Entre os anos de 2015 e 2019 foram registrados no município, segundo Observatório da Violência do Rio Grande do Norte (2020), 1.092 homicídios, sendo 163 em 2015; 221 em 2016; 249 em 2017, 237 em 2018 e 222 em 2019. Esse aumento no número de homicídio foi provocado por vários fatores, dentre eles a ascensão das facções criminosas na cidade. Conforme explica Manso no Atlas da Violência (2019):

Possivelmente, o forte crescimento da letalidade nas regiões Norte e Nordeste, nos últimos dois anos, tenha sido influenciado pela guerra de facções criminosas deflagrada entre junho e julho de 2016 (Manso e Dias, 2018) entre os dois maiores grupos de narcotraficantes do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV); e seus aliados regionais – principalmente as facções denominadas como Família do Norte, Guardiões do Estado, Okaida, Estados Unidos e Sindicato do Crime. (Atlas De Violência, 2019, p. 07).

Chama atenção, nesse contexto, o bairro do Belo Horizonte. Sendo, inclusive o bairro que em 2019 teve o maior índice de CVLI (22 mortes). O segundo lugar foi o bairro de Santo Antônio com 16 mortes.

Se compararmos, em proporção o número de mortes do bairro Belo Horizonte no período entre 2015 e 2019 (10,3%), levando em consideração o número de habitantes (8.495), com o bairro Santo Antônio, que contribui com 11,9% dos homicídios

⁴ Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e Sim/Dasis/SVS/MS. O número de homicídios foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Taxas de Homicídios Bayesiana, por 100 mil habitantes. Elaboração Diest/Ipea. Nota: Dados de 2014 são preliminares.

e tem uma população estimada em aproximadamente 19 mil pessoas, chegaremos à conclusão que proporcionalmente o Belo Horizonte tem mais que o dobro do número de homicídios do Santo Antônio.

Porém mais importante para nossa pesquisa é comparar o Belo Horizonte com outros bairros com a mesma população. Como, por exemplo, os bairros de Nova Betânia e o Rincão. A população desses bairros, segundo o IBGE (2010) era respectivamente 9.071 e 9.631 mil habitantes, ou seja, próximo aos 8.495 do Belo Horizonte, porém o número de CVLI desses bairros no período entre 2015 e 2019 foi de 15 e 23 respectivamente, enquanto o do Belo Horizonte foi de 112.

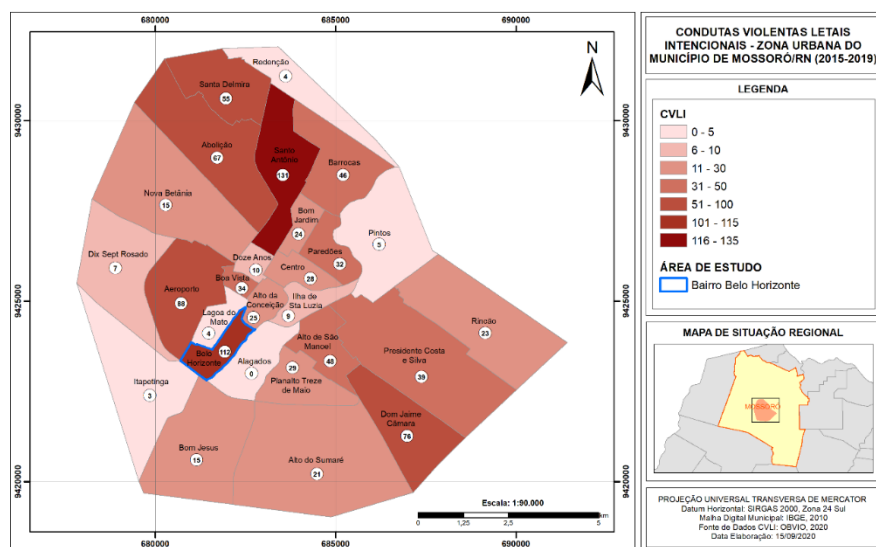


Figura 1. Espacialização das condutas violentas letais intencionais na zona urbana do município de Mossoró, entre os anos de 2015 a 2019.

Focando no bairro Belo Horizonte vamos entender como a dinâmica urbana contribui para a formação do território de violência. Primeiro pela própria questão estrutural do local. Ruas sem pavimentação, construções irregulares, guetos de difícil acesso, problemas de abastecimento de água e inexistência de saneamento, esgotos a céu aberto, distanciamento dos serviços públicos básicos, tais como saúde, educação e lazer. Depois pelos baixos índices de qualidade de vida, renda e emprego,

É importante observar que o bairro não tem uma paisagem homogênea. As mudanças vão ocorrendo na medida que vai se adentrando no território. Há um espaço mais próximo à área central que é composta de vias asfaltadas, de uma vasta área comercial e de serviços, inclusive as escolas e a Unidade de Pronto Atendimento ficam nessa região.

Com relação às escolas na comunidade existem 04 estabelecimentos educacionais, sendo 01 municipal e 03 estaduais, além de uma creche municipal. Compõe ainda o cenário, um prédio abandonado, desde 2010, onde funcionou o CAIC (Centro de Integração Integral da Criança), inaugurado pelo governo federal em 1994. O prédio foi interditado desde 2010 pelos Bombeiros. Na base de dados da Delegacia de Homicídios de Mossoró consta pelo menos dois homicídios praticados no interior da antiga escola, sendo um em 06 de agosto de 2018 e outro no dia 05 de novembro de 2019.

Existem no bairro duas praças municipais. Sendo uma delas encravada na área mais vulnerável, apontada pela mídia e pelos órgãos de segurança como um local de venda de drogas e de alta periculosidade. Em dados coletados na Delegacia de Homicídio verificamos que 05 homicídios foram cometidos nessa praça no ano de 2019 (18/05; 17/06; 24/07; 28/08 e 05/09). Junto a Delegacia de Narcóticos verificamos a menos 06 Inquéritos policiais que investigam tráfico de drogas nessa praça.

No bairro há uma Unidade Básica de Saúde e uma Unidade de Pronto Atendimento. A Unidade Básica de Saúde funciona de forma precária. Durante as visitas ao local verificamos que não há médicos todos os dias, e que o atendimento se limita a uma clínica médica e outra pediátrica. Já a Unidade de Pronto Atendimento fica no limite do bairro, mais próximo ao centro e atende aproximadamente nove bairros, incluindo o centro. É comum no local presenciar atendimentos às vítimas de violência no bairro Belo Horizonte.

Com relação à ocupação, de acordo com o IBGE (2010), 3,6% da população ativa do bairro Belo Horizonte estava desempregada, enquanto no bairro Nova Betânia apenas 1% se encontrava na mesma situação.

Já no tocante a escolaridade apenas 56% da população do bairro Belo Horizonte tem no mínimo o ensino médio, contra 92% da população do bairro nova Betânia. Sendo que desses 92%, 43% tem no mínimo nível superior, enquanto que no Belo Horizonte esse percentual é de 17%.

Porém a discrepância que chama mais atenção é com relação à renda. De acordo com o IBGE (2010), 92% das famílias do bairro Nova Betânia tinham renda entre 1.244,00 reais e 2.488,00 reais. Sendo que 10% das famílias ganhavam mais que 12.440,00 reais. Já no Belo Horizonte 76% das famílias tinha renda menor que 1.244,00 reais e apenas 0,3% das famílias tinham renda superior a 12.440,00 reais.

Percebemos em visitas ao bairro Belo horizonte que o espaço está marcado, dentre outras coisas, pela ascendência de uma urbanização sem planejamento, contribuindo para processos desiguais, produtores de medo, de crimes e consequentemente de violência. Nas ruas é comum encontrar pichações com iniciais de

facções criminosas como “PCC” (Primeiro Comando da Capital) e “GDE” (Guardiões do Estado), além de regras como, por exemplo, “proibido o uso de capacetes na quebrada”.

Evidente que esse abandono fez surgir nesse espaço algumas facções criminosas. Primeiramente dominou o local a facção com origem no sudeste do país (PCC), porém alguns membros locais dessa facção se aproximaram logisticamente da facção Guardiões do Estado (GDE) do estado do Ceará, que é rival do PCC a nível nacional, fazendo surgir uma facção do próprio bairro, denominada de “Os Caveiras”.

Segundo Barbosa (2019) a facção “Os Caveiras” foi criada no ano de 2017, no bairro Belo Horizonte em Mossoró. A facção surgiu como dissidência do PCC, após um racha entre lideranças da facção paulista naquele bairro. Essa dissidência, inclusive é apontada pela Delegacia de Homicídio como um dos fatores das mortes ocorridas em 2018 e 2019.

Em conversas com populares identificamos que o bairro de Belo Horizonte carrega o estigma de violento, muito desse imaginário se dá como reflexo da importância que a cidade atribui às notícias dos blogs policiais.

Na cidade, existem vários *blogs* que tratam, quase exclusivamente, de matérias relacionadas à violência e às ocorrências policiais. Dentre eles, escolhemos o blog ‘Fim da Linha’, para verificar quantas matérias relacionaram crimes e violência com o bairro Belo Horizonte no período entre 2015 e 2019. Encontramos 302 matérias que remetem ao bairro Belo Horizonte e o relaciona com algum tipo de violência. Levamos em consideração que esse blog’s é um dos mais antigos e mais acessados pela população local.

Para fins de comparação fizemos a mesma pesquisa com os bairros Nova Betânia e Rincão, obtendo os seguintes resultados respectivamente: 76 e 57 títulos que reportam algum tipo de violência nesses bairros.

No segundo momento fizemos uma pesquisa aberta no Google, através de um filtro, utilizando-se das palavras-chaves: ‘Belo Horizonte’, ‘homicídio’, ‘violência’ e ‘caveiras’. Encontramos várias reportagens que citam o bairro Belo Horizonte, relacionando-o com atos de violência. Apresentamos abaixo os cinco primeiros resultados:

Quadro 2: Títulos de matérias

Com 22 mortes, bairro Belo Horizonte lidera taxa de homicídios em Mossoró	
http://blogdoskarlack.com/com-22-mortes-bairro-belo-horizonte-lidera-taxa-de-homicidios-em-mossoro/	7 de janeiro de 2020

Belo Horizonte foi o bairro que mais registrou homicídios nos primeiros meses do ano em Mossoró	
https://mossoronoticias.com.br/policia=belo-horizonte-foi-o-bairro-que-mais-registrou-homicidios-nos-primeiros-meses-do-ano-em-mossoro	04 de março de 2018
O bairro Belo Horizonte foi mais violento em termos de homicídios no ano de 2018 em Mossoró	
https://www.passandonahorarn.com/2019/01/veja-os-bairros-que-registraram-mais.html	15 de janeiro de 2019
Polícia registra mais um homicídio no bairro Belo Horizonte em Mossoró	
https://mossoro hoje.com.br/noticias/26323-policia-registra-mais-um-homicidio-no-bairro-belo-horizonte-em-mossoro	16 de fevereiro de 2019
Polícia Militar Prende quatro suspeitos que seriam membros dos “Caveiras”: Os quatro conduzidos pelos policiais militares estavam na residência onde foram encontradas as armas no bairro Belo Horizonte , região da cidade controlada pelos “Caveiras”.	
https://mossoro hoje.com.br/noticias/26323-policia-registra-mais-um-homicidio-no-bairro-belo-horizonte-em-mossoro	16 de fevereiro de 2019
Título da matéria/endereço do site e data de publicação	

Percebe-se com os títulos dessa matéria como a mídia trata o bairro, hora o definindo como o “mais violento”, outra como “dominado pelos Caveiras”. Evidente que esse tratamento influencia na percepção da população quanto ao estigma de violento que o bairro carrega, contribuindo, de certa forma, para a manutenção desse estigma, como também fomentando nos moradores do bairro a violência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou compreender algumas relações entre o território e a violência urbana, ou seja, como se dá a territorialização da violência na sociedade moderna. Nosso campo de pesquisa foi a cidade de Mossoró/RN. Utilizamos, para tanto,

dados relativos ao período entre os anos de 2015 a 2019.

Consideramos que a violência é um fenômeno complexo, multifatorial, influenciada pela cultura, a economia, relações sociais e até mesmo fatores psicológicos, porém na pesquisa levamos em consideração elementos macrossociológicos. Valorizamos variáveis estruturais e as causas sociais da criminalidade.

Percebemos que a exclusão social e conseqüentemente a escassez de oportunidades, principalmente para os mais jovens, tem influência direta nos índices de criminalidade. Verificamos que a exclusão social implica em uma exclusão espacial e na formação de territórios distintos de acordo com a classe social dos habitantes. De um lado observamos territórios estruturados e equipados, de outro, ambientes abandonados, que geram indivíduos sem perspectivas de ingressar no mercado de trabalho formal.

Apontamos na pesquisa evidências que fatores como: a carência de infraestrutura urbana, baixa renda, desemprego e nível de escolaridade estão presentes, em maior número, nos territórios onde a violência tem mais expressividade.

Observamos que a formação desses espaços da exclusão ratifica a exclusão social presente na estrutura social moderna, estigmatiza a população e contribui para uma realimentação dos fenômenos de violência, formando um ciclo entre a exclusão – violência – exclusão, quase que intransponível.

Percebemos ainda que o abandono desses territórios pelo poder público contribui para ascensão de grupos de criminosos, que passam a ‘dominar’ os espaços, muitas vezes por meio da violência.

Mostramos que, de alguma forma, a mídia contribui para a ratificação e fomentação da violência nesses territórios, quando potencializa o estigma de violento que tem esses locais.

Defendemos que uma das formas do estado lidar com a violência é assumir as responsabilidades sociais junto a esses territórios, diminuir a exclusão espacial, investindo em infraestrutura e equipamentos sociais, além de retomar o controle das áreas ocupadas pelas facções criminosas. Acreditamos que dessa forma se romperia o ciclo da violência nesses espaços e os tornaria menos violentos.

5 REFERÊNCIAS

- Barbosa, C. S. (2019). As facções criminosas do RN: sangue e morte em Alcaçuz.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- Bauman, Z. (2008) Medo Líquido. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Cerqueira, D. R. C. et al. (2019). Atlas da Violência 2019. ISBN 978-85-67450-14-8, Brasília: março de 2019. Recuperado de <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>.
- Costa, J. H., Brandão, T. S. (2016). Espaço, território e violência em tempos de globalização. GEOTemas, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, 6(2), 15-29.
- Dantas, S. A. S. (2008). Lampião entre a espada e a lei: considerações biográficas e análise crítica. Natal: Cartgraf.
- Ferreira, I. C. B., Penna, N. A. (2005). Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo: 18, 155 – 168.
- Habermas, J. (2004). O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Lopes, A. C. (2013). Teoria pós-críticas, política e currículo. Educação, Sociedade e Culturas, 39, 7-23. Recuperado de <http://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/02.AliceLopes.pdf>.
- Minayo, M.C.S. (2006). Violência e saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. (coleção Temas em Saúde). Recuperado de <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>.
- Revista de crime análise da Rede e Instituto de pesquisa OBVIO observatório da violência – Instituto Marcos Dionísio de pesquisa. (2020) Série letalidade e vitimização policial 2015-2019. 4(18), 115, p. Recuperado de https://issuu.com/obvium/docs/obvium_especial_18_jul_2020.
- Souza, M. J. L. (1995). O território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro. I. E. de et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Santos, J. C. T, Rodrigues, M. K. S. (2015). Violência na escola: sentidos no contexto da prática. Pesquisa em foco, 20(2), 187-213. São Luís. 2015. Recuperado de http://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA_EM_FOCO/article/view/1020/803. Acesso em: 04 jan. 2017.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Almeida, E. N. (2021). Violência urbana: territorialização da violência na cidade de Mossoró/RN. *Holos*. 37 (7), 1-17.

SOBRE O AUTOR**E. N. ALMEIDA**

Mestre em Ensino (IFRN/UERN/UFERSA). Docente do curso de Direito da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte.

E-mail: eriveltonalmeida@yahoo.com.br

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4143-3203>

Editor(a) Responsável: Francinaide Nascimento

Pareceristas Ad Hoc: CARINA MESSIAS ALVES E TAMMS MORAIS CAMPOS

